

SURFANDO A SEGUNDA ONDA

*** Roberto Rodrigues**

O grande fator que diferencia o grau de desenvolvimento de uma sociedade é a sua capacidade de organização: quanto mais organizada ela for, tanto mais desenvolvida será, na medida em que os diferentes setores se fazem representar, criando transparência em todas as áreas. Articulados, os segmentos exigem mais e a democracia fica muito melhor.

Assim como o sindicalismo e o associativismo representam o braço político da organização social, o cooperativismo é seu braço econômico. Portanto, quanto mais forte e eficiente for o movimento cooperativista de um país, tanto maior será a organização econômica de seus cidadãos.

Cooperativismo é uma doutrina baseada em 7 princípios adotados universalmente, e que caracterizam e determinam o comportamento das cooperativas. Estas são, assim, o instrumento da doutrina, e se constituem em empresas inseridas no mercado, com a diferença, em relação às empresas convencionais, de não buscarem o lucro. As cooperativas prestam serviços de interesse dos seus associados, tendo em vista aumentar a renda e o lucro deles. A cooperativa é um meio, e não um fim em si mesma. E com isso, serve à doutrina, cujo conceito fundamental é o de corrigir o social através do econômico.

Surgidas em meados do século XIX, como uma resposta à Revolução Industrial que, na Europa, produziu desemprego, exclusão social e concentração de renda, as cooperativas se esparramaram por todos os continentes, ocupando os mais diversos ramos de atividade econômica e social.

Existem no mundo cerca de 800 milhões de pessoas filiadas a cooperativas. Se cada cooperado tiver 3 dependentes, 40% da população da Terra está ligada a cooperativas. Talvez nenhuma doutrina tenha tantos seguidores unidos pelos mesmos princípios e valores atuando em cooperativas agrícolas, de produção industrial, de crédito urbano e rural, de consumo, de habitação, de energia, de comunicação, de saúde (como as UNIMED), de trabalho, de serviços, de transportes, etc.

O sétimo princípio – “a preocupação com a comunidade” – faz com que a cooperativa tenha uma atuação para além dos interesses dos seus associados, uma vez que ela se estende para toda a comunidade onde esteja inserida, sob o conceito de que não pode haver bem estar para os cooperados se não houver bem estar de todas as pessoas de sua área de ação.

Por isso, as cooperativas funcionam como ponte entre o mercado e a felicidade das pessoas comuns, mesmo as não cooperadas.

Esta visão é relativamente recente. Até a queda do Muro de Berlim, o cooperativismo era tido como a terceira via para o desenvolvimento, entre o capitalismo e o socialismo. De lá para cá, com a nova onda de exclusão social e concentração de riqueza determinada pela globalização da economia, o movimento

cooperativista ganhou novo e poderoso impulso. Governos democráticos de todos os continentes, compreendendo que as cooperativas são aliadas importantes para melhor organizar a sociedade, modernizaram legislações de apoio ao movimento, buscando nele um parceiro para suas ações na distribuição de renda, no emprego decente, na defesa do meio-ambiente, na educação e saúde para todos, na segurança alimentar e energética e, em última instância na própria justiça social.

E o cooperativismo mundial vem surfando com vigor esta segunda onda da sua história.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**